

Fleury propõe em Porto Alegre acerto de contas entre estados e União

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, defendeu na sexta-feira em, Porto Alegre, um encontro de contas entre o governo federal e os estados endividados com títulos mobiliários. Ele acha que a questão da dívida dos estados não pode ser solucionada a partir de um projeto global, apurou a repórter Milton Wells. Isso porque cada estado possui um perfil de débitos diferente dos demais. No caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a maior sangria ocorre devido às dívidas mobiliárias, cujas taxas de rolagem evoluíram de "forma escorchantes na semana passada, quando o dólar no paralelo ultrapassou a barreira de Cr\$ 1 mil".

Somente São Paulo, segundo informou, gasta cerca de Cr\$ 2 bilhões por mês com os juros da dívida, o que torna inviáveis os investimentos necessários para a saúde, segurança, educação e habitação. Por isso, ele pretende conversar na próxima semana com o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, sobre a possibilidade de ser definido um encontro de contas até zerar a dívida mobiliária dos estados mais endividados. "Fizemos isso em São Paulo com as elétricas junto à Eletrobrás. Mas o governo federal também tem dívidas com os estados através de estatais. No caso de São Paulo, somente a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) deve o equivalente a US\$ 180 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Há também uma antiga dívida do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) com os bancos estaduais relativa ao Fundo de Compensação Salarial", disse ele.

FÓRUM PAULISTA

O governo do Estado de São Paulo, por meio do Banespa, vai financiar o pagamento do 13º salário de pequenas e médias empresas. A medida foi anunciada na sexta-feira pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho, durante pronunciamento sobre o Fórum Paulista de Desenvolvimento, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), em Porto Alegre. "Essas empresas estão enfrentando dificuldades em razão da recessão e das altas taxas de juro praticadas pelo mercado financeiro. Por isso, pretendemos abrir uma linha de crédito especial para financiar o 13º salário", disse o governador.

Fleury comentou que o estado também corre o risco de não pagar em dia o 13º ao seus funcionários. Afirmou que no acumulado do ano até setembro o Tesouro estadual deixou de arrecadar o equivalente a US\$ 2 bilhões em ICMS e previu uma queda até o final do ano de US\$ 2,4 bilhões.

COLLARES

O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), propôs a articulação de um fórum nacional permanente de governadores para imediata articulação política contra a recessão econômica. A proposta foi apresentada durante reunião com o governador paulista, Luiz Antônio Fleury Filho, e mais de trezentos empresários gaúchos, na sede da FIERGS, segundo apurou Roberto Baraldi, deste jornal.

O governador paulista ouviu a proposta calado, mas posteriormente manifestou preocupação com as possíveis repercussões de um movimento de governadores. "Vou conversar mais com o Collares", disse Fleury. "Uma reunião desse porte neste momento poderia ter interpretação política diferente daquela que deve ter. Devemos nos manifestar com o máximo de equilíbrio e prudência", acrescentou.

MANDELLI

A falta de uma política de desenvolvimento econômico orquestrada pelo governo federal aumenta a responsabilidade dos governos estaduais como parceiros da iniciativa privada em projetos que representem uma saída para a recessão.

Com um discurso neste tom, o presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli, instalou, na sexta-feira, uma reunião dos governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, com mais de trezentos empresários gaúchos.

Mandelli avaliou que a recessão imposta ao Brasil assume características inéditas, por ser ineficaz diante da inflação. A taxa de investimento na economia declinou de 23% ao ano entre 1975 e 1985, para cerca de 16%, enquanto as contas públicas voltam a se desalinhar. O déficit operacional de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1989, foi revertido para um superávit de 1,2% do PIB no ano passado, mas as contas públicas devem resultar novamente em déficit de 2,4% do PIB neste ano.